



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CCSA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

ROMUALDO DA SILVA SALES

**ESCOLA SEXUALIDADES E SUBALTERNIDADE: QUESTÕES PARA A
(DES)CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA**

Campina Grande

2017

ROMUALDO DA SILVA SALES

**ESCOLA SEXUALIDADES E SUBALTERNIDADE: QUESTÕES PARA A
(DES)CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Coordenação do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como pré-requisito para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Jussara Carneiro Costa.

Campina Grande

2017

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S163e Sales, Romualdo da Silva

Escola sexualidades e subalternidade [manuscrito] : questões para a (des)construção de uma agenda / Romualdo da Silva Sales. 2017.

25 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2017.

"Orientação: Profa. Dra. Jussara Carneiro Costa, Departamento de Serviço Social".

1. Escola. 2. Dominação. 3. Educação sexual. 4. Identificação social. I. Título.

21. ed. CDD 372.372

ROMUALDO DA SILVA SALES

**ESCOLA SEXUALIDADES E SUBALTERNIDADE: QUESTÕES PARA A
(DES)CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado à Coordenação do Curso de
Serviço Social da Universidade Estadual
da Paraíba, como pré-requisito para a
obtenção do título de Bacharel em Serviço
Social.

Área de concentração: Serviço Social

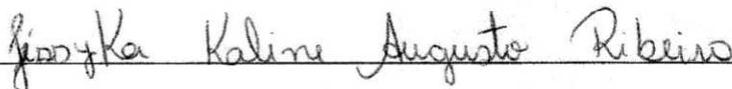
Aprovado em: 09/02/2017.

BANCA EXAMINADORA



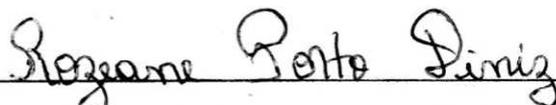
---Profa. Dra. Jussara Carneiro Costa (Orientadora)

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Ms. Jéssyka Kaline Augusto Ribeiro (Examinadora)

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)



Profa. Ms. Rozeane Porto Diniz (Examinadora)

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço aos meus pais Maria S. Sales e Antônio V. Sales, por todo o apoio e compreensão nos momentos de angústias durante a graduação.

Não poderia deixar de agradecer a pessoa que além de minha orientadora, é uma inspiração do ponto de vista político, teórico. Obrigado, Jussara Carneiro Costa por acreditar que aquela semente que você plantou no projeto de extensão teria “futuro”.

Agradeço ao meu querido professor Eduardo Jorge dos Santos por todas as contribuições teóricas.

E não poderia deixar de agradecer aos meus/minhas amigo/as, em especial Silvana Martins, que além de amiga contribuiu com as primeiras provocações para a escrita deste trabalho.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	06
2. ENLACES EPISTEMOLÓGICOS E SABERES SUBALTERNOS.....	12
3. A ESCOLA: CONFIGURAÇÕES HISTÓRICAS NAS ESTRATÉGIAS DE DOMINAÇÃO.....	16
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	22
REFERÊNCIAS.....	25

ESCOLA SEXUALIDADES E SUBALTERNIDADE: QUESTÕES PARA A (DES)CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA

RESUMO

O ensaio ora apresentado propõe uma aproximação com as problematizações levantadas pelos saberes subalternos, num esforço para compreender como os processos de racialização e sexualização estão articulados às tecnologias de controle e dominação, enlaçadas em produções simbólicas e discursivas imbricadas em relações de poder. Essas dinâmicas são utilizadas na construção dos processos de identificação social, investindo na produção da diferença. Concebemos que os processos de produção da identidade mantêm relações de interdependência com a produção da diferença, visto que a segunda se configura como seu exterior constitutivo. Com base nessas provocações, problematizar a localização da escola e das práticas pedagógicas e curriculares no conjunto dessas estratégias; chamando a atenção para aspectos a serem considerados na construção de uma agenda articulada pela defesa do direito à educação, se configura potencialmente estratégico no que toca o enfrentamento das expressões de violências físicas e simbólicas dentro e fora dos muros escolares.

Palavras-chave: Epistemologia. Dominação. Escola. Educação. Subversão.

1. INTRODUÇÃO

A Educação em tempo integral compõe um ideal presente na legislação brasileira e nos debates entre educadora/es. Diversas iniciativas, em diferentes contextos da vida pública foram tomadas, adensando o debate dentro e fora das escolas. Essa proposta ganha destaque a nível nacional, através do Ministério da Educação, por meio de parcerias entre as Secretarias de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) e de Educação Básica (SEB), e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) a partir de experiências bem-sucedidas em redes de ensino municipais e estaduais.

Nesse contexto, foi criado o programa MAIS EDUCAÇÃO através da portaria nº. 12/2007 que integra ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), regulamentado pelo decreto 7.083/10, em parcerias com estados e municípios. Anunciando como objetivo a promoção de educação em tempo integral, atendendo escolas com baixo Índice de Desenvolvimento da

Educação Básica (IDEB), localizadas em territórios marcados por situações de vulnerabilidade social.

Segundo o MEC (2009), trata-se de um programa interministerial, articulando Educação e Assistência Social. Compreendendo a Educação como direito de aprender inerente ao direito à vida, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade e à convivência familiar e comunitária e como condição para o desenvolvimento de uma sociedade republicana e democrática.

As oficinas desenvolvidas no programa são distribuídas em áreas, entre as quais: acompanhamento pedagógico, meio ambiente, esporte e lazer, direitos humanos e educação, cultura e arte, inclusão digital, promoção da saúde, educomunicação, iniciação à investigação das ciências da natureza, educação econômica e cidadania. Tais atividades são desenvolvidas por alunos de Ensino Médio e estudantes de graduação, destacando-se também a participação de artesão/ãs e artistas. Vale salientar a necessidade de articulação entre as propostas desenvolvidas pelo programa se encontrarem articuladas aos projetos político-pedagógicos das escolas onde são desenvolvidas.

No segundo semestre de 2012, durante o intervalo das oficinas no âmbito do referido programa, desenvolvidas na Escola Municipal de Ensino Fundamental Estanislau Eloy, município de Remígio-PB. Um adolescente ao se envolver numa discussão com um grupo de meninas, após troca de agressões verbais, o mesmo sofreu agressões físicas por parte de uma das adolescentes envolvidas na contenda. As expressões de violências físicas contra este garoto eram frequentes, visto que o mesmo apresentava escoriações pelo corpo. Era sabido que a violência sofrida pelo jovem no espaço escolar articulava-se a sua sexualidade, visto que o mesmo era considerado afeminado por seus/suas colegas e por isso era reprimido pelo/as mesmo/as.

O caso foi narrado por uma estudante universitária do curso de Letras-Língua Portuguesa da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), que desenvolvia reforço escolar na oficina de letramento no turno da tarde. A mesma relatou o caso no final do dia, após as atividades do programa, numa conversa informal com amigos, sem maiores desdobramentos. A ênfase conferida pela narradora ao caso está relacionada à sua surpresa e indignação em relação à atitude da direção da escola. Ao procurar o setor, o garoto relatou que vinha

sofrendo violência verbal e física por ser homossexual, sendo “lembrado” pelo diretor da escola de que se não se comportasse “assim”, referindo-se ao jeito “afeminado” do aluno, as pessoas não “mexeriam” com ele, indagando-o como indignação sobre o fato de se permitir apanhar de mulheres, dando o caso por encerrado.

Dentro da escola o assunto não voltou ao debate, porém durante as oficinas e principalmente no horário do intervalo a universitária acompanhava cotidianamente violências físicas e simbólicas contra garotos e garotas que não se comportavam corretamente segundo os padrões morais heteronormativos socialmente Instituídos.

Ao procurar desenvolver maiores aproximações com debate que problematiza as formas de controle e dominação em diálogo com os processos de racialização e sexualização, me dei conta que essa realidade no âmbito de referida escola evidencia algo recorrente em várias regiões do Brasil.

O contato com as provocações do que se chama saberes subalternos, em diálogo com as epistemologias pós-coloniais, particularmente das problematizações da Teoria Queer, aportados pelo Programa de Extensão Universitária TODXS JUNTXS SOMXS FORTES aguçou meu interesse. Pois as provocações apresentadas pelo mesmo me fizeram procurar as conexões, anteriormente não perceptíveis, num esforço para compreender as dinâmicas de controle e dominação reiteradas pelos discursos dentro do espaço escolar.

Essas provocações deslocaram meu olhar para problematizar as normas reproduzidas pela escola, mas principalmente pensando minha posição enquanto acadêmico em formação. Problematizando como poderia estar reproduzindo tais valores dentro e fora da universidade e como isso castrava meu potencial criativo e subversivo. Esse deslocamento me fez pensar como eu fui situando enquanto diferente no espaço escolar durante a infância e adolescência e como por não ter condições de fazer essas leituras fui engolido pelo sistema.

O referido programa teve início no ano de 2014, sendo desenvolvido na microrregião de Campina Grande, Paraíba, mediante convênio celebrado entre MEC/Sisu/PROEXT/UEPB, através de edital público. O mesmo se estende até os dias atuais e vem problematizando, a partir da articulação de ações de investigações e intervenções, cartografando as conexões entre os marcadores

sociais da diferença de raça, gênero e sexualidades e produção de dinâmicas sociais no compartimento na Borborema, Paraíba.

Por essa razão vem realizando uma série de problematizações sobre as formas de controle e dominação, tendo como ponto de partida os processos de identificação social e diferenciação, tomados como construções históricas, sociais e culturais marcadas por assimetrias, enfatizando como as relações de poder são tecidas por processos de racialização e sexualização que operam simultaneamente na construção dos dispositivos que caracterizam a sociedade de controle e dominação.

No esteio dessa constituição, o sociólogo brasileiro Richard Miskolci (2012) problematiza o papel da escola enquanto dispositivo potente na produção de corpos e subjetividades, que operam através de discursos normalizadores, via de entrada para reprodução dos padrões e valores instituídos social e culturalmente.

Como afirma o filósofo francês Michel Foucault (1984), desde o século XIX a escola apresenta preocupação em produzir verdades sobre os corpos, gêneros e sexualidades. Reiterando valores hegemônicos e esquadrihando os sujeitos a partir de marcadores estratégicos através de pedagogias de controle e dominação de corpos e subjetividades que situam e distribuem os indivíduos no tempo e espaço.

Embora discente do curso de Serviço Social, profissão que manifesta em seu projeto ético-político o compromisso com a luta contra as desigualdades e pela emancipação humana. Procurei nos subsídios disponibilizados pelo Conselho Federal de Serviço Social (2011), mas não encontrei subsídios para problematizar as conexões entre relações de controle e dominação em diálogo com os processos de identificação social e produção da diferença, partindo de marcadores sociais de gênero, sexualidades e raça.

Segundo o CFESS (2011), a atuação do Serviço Social na Educação deve preconizar a defesa de uma educação emancipatória. Destacando as relações sociais e econômicas, articulando-as as determinações societárias em conexão com as disputas entre projetos societários classistas. Entretanto, o recurso a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) e ao Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), tomados como base para subsidiar a atuação profissional do/as Assistentes Sociais nesses casos, deixa muito a desejar face às

especificidades das restrições ao acesso às políticas educacionais. Tendo em vista que as violências articuladas aos marcadores sociais da diferença de gênero, sexualidades e raça são apreendidas como expressões secundárias da questão social.

A partir desse arcabouço, profissionais do serviço social concebem a Educação como um direito social, conquistado em processos de lutas, desenvolvendo sua prática profissional numa perspectiva de acesso à política aos segmentos mais pauperizados da população, partindo de determinantes socioeconômicos.

Porém essa dinâmica deixa escapar como marcadores sociais da diferença operam estrategicamente no espaço educacional, posicionando a escola e o currículo enquanto dispositivos normativos, potentes na produção dos corpos e subjetividades. Logo, a participação no programa de extensão universitária se configurou como um gatilho para problematizar os enlaces entre as expressões de violências contra aquele/as que não se adequam as convenções sociais instituídas social e culturalmente e as formas de controle e dominação. Haja vista que as provocações apresentadas pelos saberes subalternos e as articulações epistemológicas para pensarmos as estratégias de resistências, desvelaram as formas cristalizadas de pensar, sentir e agir até então reproduzidas enquanto acadêmico de Serviço Social em formação.

Particularmente a problemática da educação ganhou visibilidade, visto o relato sobre as expressões de violência sofridas na escola anteriormente mencionada em diálogo com as inquietações apontadas pelo campo *queer*. Que segundo Miskolci (2012), além de uma teoria, se configura como movimento político de problematização e subversão das normas produzidas e arraigadas social e culturalmente.

Ainda segundo Miskolci (idem), na particularidade brasileira o *queer* é apreendido no campo da educação, problematizando as articulações discursivas reverberadas pela escola, mostrando as armadilhas que a mesma reitera sob um discurso de suposta neutralidade, privilegiando os valores hegemônicos e relegando a diferença aos espaços de tolerância. Na mesma linha, Tomaz Tadeu da Silva (2011) observa que o apelo ao respeito à diversidade, baseado no multiculturalismo numa perspectiva humanista que celebra uma suposta

convivência pacífica, invisibiliza os “conflitos” inerentes aos processos de identificação social e produção da diferença.

A partir das problematizações das epistemologias subalternas sobre as formas de controle e dominação, consideramos relevante um esforço para compreendermos as articulações reproduzidas pela escola e pelo currículo. Objetivando mapear as técnicas de controle e dominação difundidas através de práticas discursivas e pedagógicas que lhes constituem.

A partir da experiência apresentada na EMEF Estanislau Eloy, articulado as provocações e problematizações do programa de extensão universitária. Desenvolvemos um esforço para adensar o debate, problematizando os discursos normalizadores no campo educacional. Nesse propósito, desenvolvemos um ensaio teórico como é facultado pela resolução da Universidade Estadual da Paraíba, que dispõe sobre os critérios para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Optamos pela escrita de um ensaio, visto que Segundo Jorge Larrosa Bondía (2003), trata-se de um gênero textual que ultrapassa a rigidez da escrita acadêmica, redimensionando as estratégias de escrita e leitura, compreendidas como parte integrante da problematização. O autor destaca que o ensaísta tem maior liberdade para expor suas análises, livre de estruturas fechadas, na qual potencialmente espera-se que apresente um produto acabado.

Vale salientar, que este ensaio faz parte de um processo em construção, visto que as provocações ora apresentadas ganharam profundidade, transformando-se um projeto de mestrado, aprovado pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Objetivando analisar como o Sindicato dos Trabalhadores Públicos Municipais do Agreste da Borborema (SINTAB) está percebendo esses impactos das transformações em curso no país. Pretendemos mapear e analisar como aspectos relativos aos processos de racialização e sexualização aparecem nas interlocuções discursivas da entidade sindical, especialmente no contexto das estratégias montadas para enfrentar o impacto de ajustes neoliberais.

Compreender essa dinâmica se configura como estratégico para desmontar e fazer a resistência efetiva ao recrudescimento fundamentalista no debate e as transformações em curso no Brasil em matéria de educação.

A escrita desse ensaio integra um esforço para adensar os questionamentos e as problematizações que nortearão a pesquisa, procurando aprofundar os debates sobre as configurações epistemológicas e discursivas, reverberadas pela escola. Haja vista sua posição estratégica, no processo de produção e difusão de saberes, sendo assim um dispositivo normativo da sociedade de controle.

O trabalho está organizado em dois momentos, sendo o primeiro um esforço de apropriação epistemológica dos saberes subalternos, destacando as provocações que resultaram na problematização sobre os processos de racialização e sexualização, como dispositivos imbricados nas dinâmicas de dominação e subordinação. Tais processos são compreendidos articulados as epistemologias eurocêntricas, que investe sua superioridade na produção e difusão de saberes tendo como ponto de conexão a colonialidade ocidental.

No segundo momento, procuro situar à escola nessas dinâmicas, problematizando as transformações societárias a partir do ajuste econômico em curso no Brasil. Destacamos as articulações entre as transformações no campo da educação e, as estratégias neoliberais desenhadas pela Escola e Chicago, desenvolvida sobre o prisma da cultura do empreendedorismo, baseado em investimento em capital humano.

Finalizo apontando alguns elementos importantes para pensar estratégias de enfrentamento dessas questões, objetivando contribuir para aprofundar o debate e potencializar a organização de uma agenda de mobilizações frente às investidas fundamentalistas contemporâneas na escola como parte estratégica da política de educação.

2. ENLACES EPISTEMOLÓGICOS E SABERES SUBALTERNOS.

Um esforço para compreender as estratégias de controle e dominação passa necessariamente pelas problematizações sobre as articulações discursivas e epistemológicas, haja vista as interlocuções entre saber e poder como dispositivos normativos. Nesse sentido, o sociólogo Ramón Grosfoguel (2008) observa como as formas de produção de saberes se articulam a processos de subalternização a partir de marcadores sociais de territórios, gênero,

sexualidades, raça e etnia, utilizando-os para esquadrihar sujeitos, através de processos de racialização e sexualização. Expondo as manifestações culturais, linguísticas, políticas e epistemológicas das populações “nativas” como tipicamente representantes subalternas de raças e espécies tomadas como inferiores. Necessariamente passíveis de investidas técnicas de instituições que chancelem o saber racionalizado, ariano e/ou cristão do colonizador como parâmetro para a organização da vida social, ao mesmo tempo em que ataca as formas de resistência “nativa”.

Grosfoguel (2008; 2012) chama atenção para elementos chaves na construção de uma crítica as formas de controle e dominação investidas pelo que se convencionou chamar de capitalismo. Primeiro faz-se necessário problematizar as articulações epistemológicas que fazem do capitalismo um sistema-mundo, através de discursos que operam sobre invisibilidades recorrendo às epistemologias eurocêntricas, que investem sua superioridade sobre territórios, raças, sexualidades entre outros, situados do Globo Sul, produzindo dinâmicas de subalternização. Em segundo lugar, considera importante problematizar as formas de controle e dominação a partir de epistemologias subalternas, objetivando construir estratégias de resistência que questionem as articulações entre a produção de saberes, e a organização das relações de poder.

Nesse sentido, romper com essas amarras epistemológicas se torna estratégico para compreensão e subversão das normas instituídas social e culturalmente, questionando os processos de normatização e subordinação. Assim, o mesmo autor propõe que precisamos investir na construção de formas de resistência não apenas no âmbito no Estado-Nação, mas fora dele, desmontando as estratégias de controle que não foram rompidas com o fim do colonialismo após a Segunda Guerra Mundial em 1945. Para isso considera que compreender as articulações discursivas enquanto dispositivos normativos, dando visibilidade aos espaços de enunciação configura-se como fundamental para implodir a lógica de controle e dominação construídas a partir de epistemologias eurocêntricas. Para Grosfoguel (2008), o caminho para potencializar esse redimensionamento no campo da produção dos saberes passa pela recuperação com elementos cosmológicos, evidenciando que outras formas de vivências são possíveis.

Partir de outras formas de pensar, sentir e agir situadas em epistemologias consideradas socialmente e historicamente subalternizadas faz-se necessário desenvolver uma crítica às epistemologias dominantes, como forma de controle e dominação. Ancorada as provocações do autor, visto que tais epistemologias se traduzem em discursos estratégicos produzindo processos de diferenciação e subordinação, tendo como ponto de convergência as epistemologias eurocêntricas ou euro-americanas.

Segundo Guacira Lopes Louro (2012) e Silva (2009) tais epistemologias se baseiam no estabelecimento de dois polos fixos e assimétricos que servem de parâmetros para organizar as relações de poder. Cada polo é constituinte do outro, sendo que um deles mantém caráter de superioridade dando o tom das relações sociais, políticas, culturais em detrimento de outro negativo que se configura como seu exterior constitutivo.

Nesse sentido, concebemos que os marcadores sociais da diferença de gênero, sexualidades, raça e etnia são construções sociais e culturais implicadas em relações de poder, perpassadas por produções simbólicas e discursivas que fundamentam a construção dos processos de identificação social investindo na produção das diferenças.

Louro (2012) e Silva (2009) chamam atenção para pensarmos como essas construções vinculam-se a bases epistemológicas que fundamentam relações dicotômicas estruturadas para conceber o mundo, baseadas na racionalidade como forma de controle e dominação da natureza, corpos e subjetividades, a partir de processos de racialização e sexualização.

Louro (idem) observa que as dicotomias construídas a partir da cisão entre corpo e alma estabelecida por Platão, fixam polos assimétricos constituintes um do outro, mantendo hierarquias, nas quais os processos de identificação social e produção da diferença, subalterniza a segunda. Seguindo esse *script*, se instaura a dicotomia natureza versus cultura, sendo a cultura o polo superior e a natureza aquilo que precisa de intervenção do homem para ser transformada. Nessa relação desigual, a dicotomia binária dá o tom das relações sociais, políticas e culturais, investindo na produção de verdades sobre corpos e subjetividades, articulados aos processos de racialização e sexualização, enlaçados em relações de poder.

No que toca a construção dos complexos de identificação e diferenciação social, Silva (2009), situa que a identidade e diferença estão intimamente ligadas, visto serem resultados de atos de criação simbólica e linguística. Nesse sentido, através da linguagem as mesmas são representadas, mas enquanto signos ganham significados a partir de discursos que produzem verdades e situam os processos de identificação social e produção da diferença assimetricamente articuladas as relações de poder.

Destarte, um conceito de representação que rejeite, sobretudo, concepções abstratas ou interioridade psicológica se configura como potente, visto que sua indeterminação enquanto signos contribui para pensarmos a instabilidade constante e a disputa entre a fixação e subversão das normas e convenções sociais e culturais. Visto que compreendemos esses processos enquanto construção social e cultural, despido de qualquer conotação essencialista.

Em outras palavras, a identidade é produzida numa estreita conexão com a diferença, visto que sua produção acontece em processos de interação com outras identidades, que ganham sentido no tecido social. Nessa perspectiva, identidade e diferença são interdependentes, porém a diferença é exposta como o outro, por seu território, raça, espécie, suas identidades de gênero e sexualidades, aliado a força homogeneizadora da identificação hegemônica que é proporcional a sua invisibilidade, não sendo questionada enquanto construção social e cultural.

Partindo desse pressuposto, os marcadores de gênero, sexualidades e raça são pontos de convergências para pensarmos as conexões discursivas, utilizadas historicamente em processos de legitimação e subordinação. Pois enquanto dispositivos normativos, os mesmos estabelecem os corpos e subjetividades legítimos e abjetos, enlaçados por epistemologias imbricadas em processos de racialização e sexualização, estruturados como forma de controle e dominação social, imbuídos em relação de poder que tenta fixar e legitimar o processo de identificação social numa interdependência com a produção da diferença.

3. A ESCOLA: CONFIGURAÇÕES HISTÓRICAS NAS ESTRATÉGIAS DE DOMINAÇÃO.

Como visto anteriormente, os marcadores sociais da diferença estão na base da articulação de dispositivos¹ para exercerem controle, através de vigilância sobre os sujeitos, sendo a escola e o currículo estrategicamente utilizados como potentes instrumentos de reprodução das identidades binárias de gênero e sexualidades.

Silva (2011) chama atenção para pensarmos a escola e o currículo como artefato social e político, potencializando análises que evidenciam o papel estratégico da escola na difusão de verdades sobre corpos, gêneros, raças e sexualidades. O autor mostra ainda como esse processo se faz ancorado em reverberações de discursos que chamam os sujeitos a assumir uma identidade, descobrindo o seu gênero e como expressar suas sexualidades.

Na própria arquitetura e ao mesmo tempo, nas formas de punição aquelas e aquelas que não reforçam os valores societários hegemônicos são situados enquanto diferentes e sistematicamente chamados a se enquadrarem no padrão. Sobretudo no que toca as expressões as violências mostram como a determinação das formas de ser homem ou mulher, baseado no modelo heterossexual, reprodutivo e familiar, fortalecem o dispositivo da heteronormatividade no âmbito das práticas escolares.

Isso nos faz pensar que ao invisibilizar a diferença, a escola reitera violências dentro e fora dos seus muros, visto que opera reproduzindo a heteronormatividade. Nessa perspectiva, segundo Silva (idem) o currículo, enquanto artefato social e cultural reproduz a partir das práticas pedagógicas convenções morais instituídas socialmente, articuladas aos processos de racialização e sexualização em conexão com as relações de poder que marcam o processo de identificação e diferenciação social.

Em consonância com o autor, nesses arranjos, enquanto construção social o currículo reverbera práticas discursivas que tentam engendrar, através do apelo

¹É um termo que se refere ao conjunto de discursos e práticas sociais que criam uma problemática social, uma pauta para políticas governamentais, discussões teóricas e até mesmo embates morais. (MISKOLCI, 2012, p. 16)

ao multiculturalismo², sob a ótica da convivência pacífica, e tolerância para com a diversidade. Invisibilizando as articulações com processos de identificação e diferenciação social, sob a ótica da neutralidade da instituição escolar, porém fortalecendo as identidades hegemônicas em suas práticas discursivas nesses espaços.

Miskolci (2012) evidencia que a escola opera sob a invisibilidade da diferença, reiterando normas e convenções sociais no espaço educacional. Assim, distinguir entre concepções de educar voltadas para a diversidade e diferença, problematizando os discursos e as epistemologias reverberadas pela escola e pelo currículo; evidenciando as estratégias de controle e dominação articulados as relações entre saber e poder imbricadas na produção de verdades sobre os corpos, gêneros, sexualidades e raça enquanto construção social e cultural potencializa formas de subversão e resistência.

Segundo Miskolci (idem), reiterando os discursos normativos, a escola e o currículo agenciam corpos e subjetividades regulando formas pelas quais as pessoas vivem seus desejos e práticas sexuais. Articulados aos padrões aceitáveis de ser homem ou mulher, tentando fixar a heteronormatividade enquanto ordem sexual fundada no modelo heterossexual, familiar e reprodutivo. E ao mesmo tempo, ao invisibilizar as linhas de fuga e subversão dessa lógica reitera práticas de violências contra sujeitos considerados subalternos, destacando aqueles que deslocam o gênero, expostas sobre a forma de *bullyng*.

Para Silva (2011), além da organização de conteúdos em componentes, o currículo se configura como um dispositivo normativo, sendo necessário problematizar sua construção, cartografando os arranjos discursivos que o compõe e dão suporte. Nesse sentido, a escola e o currículo operam como dispositivos da sociedade de controle, sob uma suposta neutralidade que reverbera discursos que legitimam formas de dominação, através de processos de racialização e sexualização. Estes se configuram como estratégicos na construção da identidade social e produção da abjeção.

².A perspectiva liberal ou humanista enfatiza um currículo multiculturalista baseado nas ideias de tolerância, respeito e consciência harmoniosa, entre as culturas. Da perspectiva mais crítica, entretanto, essas noções deixariam intactas as relações de poder que estão na base da produção da diferença. (SILVA, 2011, p. 87-88)

Assim, os sujeitos considerados desviantes no que toca expressões de identidades de gênero e sexualidades, são chamados a assumir uma postura heteronormativa objetivando não perturbar as atividades escolares. Portanto, evidenciar quem foram e são considerados legítimos e desviantes pelos discursos oficiais em matéria de currículo, significa por em xeque a fragilidade das teses que advogam sobre sua suposta neutralidade.

O cenário brasileiro contemporâneo evidencia recrudescimento fundamentalista no debate em matérias de educação e currículo, visto algumas transformações em curso que atacam diretamente estes dispositivos da sociedade de controle através de alguns projetos entre os quais: Escola Sem Partido, a Reforma do Ensino Médio e a Proposta de Emenda Constitucional 55/241. Estas transformações fazem parte de políticas neoliberais, desenvolvidas pela Escola de Chicago.

Como observa Sylvio Gadelha (2009), partindo dos ditames das políticas neoliberais desenvolvidas pela Escola Chicago, que investe numa estratégia de produção de indivíduo microempresas a partir de investimento em Capital Humano. Objetivando fixar as relações de mercado como norma para a constituição do ser social, princípio de inteligibilidade, baseado numa governamentalidade que visa programar estrategicamente os comportamentos dos indivíduos, posicionando-os socialmente. Tal exercício se efetiva mediante o agenciamento por meio de técnicas de controle que perpassam epistemologias eurocêntricas que, como afirma Grosfoguel (2012) discursivamente e institucionalmente produzem saberes sobre as formas de pensar, sentir e agir dos sujeitos individuais e coletivos.

Como observa Silvana Tótoro (2011) essa governamentalidade parte de um investimento constante em capital humano, sem nenhuma garantia de retorno, mas ponto de partida para gerar outros capitais, tendo como plano de fundo, exacerbação da concorrência e competitividade.

Gadelha (2009) evidencia que a política neoliberal norte-americana, vincula-se a Teoria do Capital Humano, amplamente difundido por pensadores da Escola de Chicago, procurando transformar indivíduos em micro empresas. Segundo o autor, a noção de capital humano corresponde a um conjunto de capacidades, habilidades e destrezas que se traduzem em valor de troca no

mercado, sendo a função dos sujeitos investirem em sua qualificação, ou seja, na sua própria empresa.

A governamentalidade neoliberal, como chama atenção Tórtora (2011), baseia-se num constante investimento em qualificação, que se articulam as relações marcadas pelas transformações do mundo do trabalho. Apontando para a exigência de trabalhadora/es qualificado/as, ao mesmo tempo em que investe na desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho. Além disso, fortalece a concorrência que resvala num controle sobre os sujeitos, operando sobre autovigilância constante, haja vista a constante qualificação.

A educação é tomada como dispositivo potencialmente estratégico na difusão dessa lógica, sob a ótica da educação empreendedora. Nesse sentido, a educação além de responsabilidade o Estado, passa a compor um quadro de investimento dos próprios indivíduos, lógica que está sendo importada no Brasil.

Assim, compreender os impactos das transformações em curso no país, mapeando as interlocuções discursivas e epistemológicas articuladas aos processos de controle e dominação, através dos marcadores de gênero, sexualidades e raça reposicionam as estratégias de problematização dos discursos que tentam naturalizar e atualizar as formas de controle e dominação. Este redimensionamento potencializa e impulsiona formas de pensar a partir de epistemologias subalternas, que concebemos ser a chave para uma crítica ao recrudescimento fundamentalista no debate e aos retrocessos sociais e educacionais em curso no Brasil.

Partindo desse arcabouço, evidenciamos que os marcadores sociais da diferença de gênero, sexualidades e raça são constantemente vigiados e controlados, objetivando implodir estratégias de resistência às normas sociais e culturais, visto que segundo o filósofo francês Michel Foucault (2007), o exercício do poder supõe a resistência. Dessa forma, as estratégias de controle e dominação, objetivam desmontar as estratégias de resistência, silenciando as formas de subversão das normas, subordinando-as.

Destarte, entendemos que os discursos produzidos sobre LGBTTIIs colocam-no/as em posição de subalternidades e abjeção, sendo o currículo um dispositivo relevante para o fortalecimento das normas de valores instituídos,

como também pode ser utilizado como forma subversão das normas construídas e arraigadas social e culturalmente.

Porém, segundo Miskolci (2012) as estratégias de subversão precisam ser pensadas partindo de um diálogo aberto com a diferença, contaminando-se por ela, despido de qualquer concepção de tolerância com a diversidade. Identificar as interlocuções discursivas entre o currículo e a relações de produção da identidade e diferença, no que toca as identidades de gênero e sexuais consideradas desviantes, entre as quais: gays, lésbicas, travestis e transexuais se configura como um esforço estratégico para problematizar as relações de controle de dominação. Potencializando uma crítica aos dispositivos normativos da sociedade de controle, ao mapear as práticas discursivas que agenciam historicamente e epistemologicamente as produções de verdades sobre os corpos sexuados e suas disposições no tempo e espaço.

Segundo a pesquisadora Ana Paula Vencato (2014), as abordagens mais atentas às diferenças, permitem analisar aspectos nuançados e escamoteados das práticas pedagógicas, entendendo que no espaço escolar são repassadas convenções sociais e comportamentos que ultrapassam conteúdos formais do livro e das aulas. Portanto, o currículo enquanto dispositivo pode ser utilizado como estratégia de subversão, porém este currículo não é o que celebra a tolerância e respeito à diversidade, mas um currículo político, que escapa da frieza da cientificidade e é envolvido também pelos afetos.

Em consonância com Miskolci (2012), a *Teoria Queer* pode ser utilizada como estratégia de subversão das normas construídas e reproduzidas no tecido social. Visto que a mesma redimensiona as expressões de subordinação e produção da abjeção, reposicionando o discurso numa estratégia de perturbação das normas, transformando a própria produção da abjeção em resistência, ao tornar as injúrias e insultos como identidade, legitimando-as.

No que tange a produção da abjeção, Miskolci (idem) observa a relação da abjeção com impuro, nojo, se configurando como ameaça a ordem social, tendo em vista o afastamento dos códigos morais estabelecidos. Este afastamento marca a força que a identidade tem em produzir corpos e subjetividades, através de pedagogias de controle, a partir da exposição da diferença. Nessa perspectiva

a diferença é temida, sendo no máximo tolerada, tendo em vista que o contato com a mesma se configura como contaminação.

Assim, ao receber interpelações que subordinam os sujeitos, por seu gênero, raça e sexualidades desviantes, entre as quais: “puta”, “bicha”, os sujeitos apreendem esses discursos, assumindo essas identidades, quebrando invisibilidade da norma e a força homogeneizadora que tenta fixar as formas de identificação hegemônica.

Particularmente o currículo se torna fundamental para problematizar a forma como a educação foi e é utilizada como forma de controle, visto que esta perspectiva rompe como as classificações binárias, radicalizando as formas de conceber as estratégias de distribuição dos sujeitos no tempo e espaço.

Por esta razão mais que uma teoria, o *queer* é uma estratégia de resistência e subversão, partindo de provocações que problematizam as relações de produção de identidade em assimetria com a diferença. Através de discursos que ganham significados nos campos simbólicos e linguísticos, produzindo verdades sobre corpos, gêneros e sexualidades, expondo a diferença sob a ótica do temido, ou seja, abjeto.

Problematizar as estratégias de resistência ao conservadorismo no debate no que tange as transformações no âmbito da educação no Brasil. Mapeando as estratégias utilizadas nesse processo, cartografando os arranjos que reverberam práticas de controle, dominação e subordinação a partir dos marcadores de gênero, sexualidades, raça; e como essa dinâmica vincula-se as bases epistemológicas dominantes, imbuídas por relações de poder se configura como chave para, através de epistemologias subalternas redimensionar estrategicamente técnicas de resistências as formas de controle e dominação, que operam no campo da educação. Particularmente ao recrudescimento no debate fundamentalista que ganha ênfase no Brasil, destacando as relações entre saber e poder.

Segundo Miskolci (2012) o *queer* surge de impulso crítico relacionado à ordem sexual contemporânea, as demandas dos novos movimentos sociais, especificamente o movimento negro do Sul os EUA, movimento feminista da segunda onda e movimento homossexual. Procurando estabelecer uma

contracultura aos valores e normas instituídos, sendo assimilado pela educação na particularidade brasileira.

Assim, a educação se configura como estratégico para pensarmos como a escola foi e é utilizada como tecnologia de produção de corpos e subjetividades normalizados. Fortalecendo a identidade hegemônica e relega a diferença aos eventos pontuais, sob o crivo do respeito à diversidade, sendo o currículo um campo de controle das práticas pedagógicas de forma mais ampla. Foucault (1984) já chamava atenção para a preocupação desde o final do século XVIII em controlar os corpos e produzir subjetividades no ambiente escolar, sendo que no século posterior a sexualidade ganha ênfase no discurso. O mesmo autor adverte que a ênfase na sexualidade não é algo desinteressado, mas um esforço em produzir verdades sobre os corpos sexuados e controlar seus afetos.

Nessa perspectiva, a suposta neutralidade no debate sobre sexualidades no espaço educacional faz parte de estratégias de invisibilidade da diferença. Fernando de Figueiredo Baleiro & Eduardo Name Risk (2014) afirmam que os impactos das hierarquias sociais na educação ultrapassam a esfera econômica, mostrando que os processos de racialização e sexualização, contribuem para a evasão escolar. Portanto, a invisibilidade no debate é uma pedagogia que reafirma a identidade e exclui a diferença, excluindo a diferença do espaço escolar.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação às formas de enfrentamento ao recrudescimento fundamentalista no debate em matéria de educação no Brasil, as leituras e problematizações que abordam aspectos pedagógicos e curriculares, bem como a valorização profissional, não estabelecem articulações que problematizam as conexões situando onde se encontram inseridos esses discursos. Haja vista as amarras epistemológicas, hegemônicas que não permitem uma leitura efetiva de como estes se espraiam pelas dinâmicas societárias.

Portanto, acreditamos que uma estratégia potente para romper com essas dinâmicas de controle e subalternização encontre-se num esforço para romper com a frieza da cientificidade e suposta neutralidade enquanto discurso e deixar-se contaminar também pelos afetos. Afetar-se potencializa fazer o transito entre

as fronteiras do gênero, sexualidades, raça dentre outros marcadores sociais da diferença e, potencialmente possibilita pensar estratégias que possam romper com essas fronteiras atuando em transito, numa prática que busque desestabilizar os locais canonizados numa hierarquia de poder.

Nesse sentido, romper com os enlaces epistemológicos, reposicionando as leituras da dinâmica societárias a partir de epistemologias subalternas se configura com um ponto de partida para pensarmos as organizações do trabalho dentro e fora dos muros da escola. Pois esse exercício perpassa novas leituras das práticas pedagógicas e profissionais, desvelando as estratégias que são reproduzidas e naturalizadas, sob o crivo da suposta neutralidade da instituição escolar.

Outro ponto relevante é a necessidade de problematizar estratégias de organizações políticas a partir de sindicatos, associações de profissionais e estudantes que se mobilizam em defesa da educação. Compreender as leituras dessas instituições e suas relações com as dinâmicas societárias, num esforço para mapear se as estratégias adotadas alcançam as dinâmicas de racialização e sexualização, visto que esses processos se espraiam a partir das dinâmicas de organização do poder, se configura como uma estratégia de resistência.

Problematizar as formas de controle e dominação, desvelando os discursos que operam sobre a escola, utilizando-a como dispositivo normativo da sociedade de controle é potencialmente subversivo. Pois a partir dessa leitura é possível [re] configurar as estratégias, partindo do campo por excelência utilizado como estrutura normalizadora de corpos, gênero e sexualidades.

ESCUELA SEXUALIDADES Y SUBALTERNIDAD: CUESTIONES PARA LA (DES) CONSTRUCCIÓN DE UNA AGENDA

RESUMEN

El ensayo presentado Propone una aproximación con las problematizaciones levantadas por los saberes subalternos, en un esfuerzo por comprender cómo los procesos de racialización y sexualización, se articulan las tecnologías de control y

dominación enlazadas en producciones simbólicas y discursivas Imbricadas en relaciones de poder. Estas dinámicas se utilizan en la construcción de los procesos de identificación social, invirtiendo en la producción de la diferencia. Hemos concebido que los procesos de producción de la identidad mantiene relaciones de interdependencia con la producción de la diferencia, Ya que la segunda se configura como su exterior constitutivo. Con base en esas provocaciones, problematizar la ubicación de la escuela y de las prácticas pedagógicas y curriculares en el conjunto de esas estrategias; llamando la atención sobre aspectos a ser considerados en la construcción de una agenda articulada por la defensa del derecho a la educación, se configura potencialmente estratégico en lo que se refiere al enfrentamiento de las expresiones de violencias físicas y simbólicas dentro y fuera de los muros escolares.

Palabras-clave: Epistemología. Dominación. Escuela. Educación. Subversión.

REFERÊNCIAS

BALEIRO, Fernando F.; RISK, Eduardo N. Escola e sexualidade: uma visão crítica à normalização. In MISKOLCI, Richard; LEITE JÚNIOR, Jorge Leite. (org.) **Diferenças na Educação**: outros aprendizados. São Paulo: EdUFUSCAR, 2014. P. 149-196.

BONDÍA, Jorge L. O Ensaio e a Escrita Acadêmica. **Educação & Realidade**, Belo Horizonte, v. 28 n. 2, 2003.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Série Mais Educação**: Educação Integral. Brasília: Ministério da Educação, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

GADELHA, Sylvio. Governamentalidade neoliberal, Teoriado Capital Humano e Empreendedorismo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 34. n. 2, 2009.

GROSGOUEL, Ramón. Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas rumo a uma esquerda transmoderna descolonial1. **Contemporânea**, São Carlos – SP, v. 2. n. 2, jul /dez, 2012.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra – Portugal, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. 14.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. Rio de Janeiro: Azhar, 2006.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pela diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

SILVA, Tomaz T. **Documentos e Identidade**: Uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

SILVA, Tomaz T. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 9. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

VENCATO, Ana Paula. Escola na diferença. In MISKOLCI, Richard; LEITE JÚNIOR, Jorge Leite.(org.) **Diferença na Educação**: outros aprendizados. São Carlos: EdUFSCar, 2014.p. 19 -56.